

Associação Alpha para Educação Especial

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Associação Alpha para Educação Especial

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanco patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração do fluxo de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Diretores da
Associação Alpha para Educação Especial
São José dos Campos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Alpha para Educação Especial (“Associação”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Associações sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Associações sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José dos Campos, 27 de Abril de 2023.



Fabio Santos Nascimento
Contador CRC-1SP237244/O-8

Balanco patrimonial duas colunas consolidado de 01/01/2022 a 31/12/2022

Página: 1

Empresa: 1915 - ASSOCIACAO ALPHA PARA EDUCACAO ESPECIAL

São José dos Campos/SP - CNPJ: 19.136.855/0001-10

Nome	Saldo atual
ATIVO	4.984.606,33
ATIVO CIRCULANTE	2.865.057,45
DISPONIBILIDADE	2.206.998,59
CREDITOS	119.538,10
OUTROS CREDITOS	331.675,73
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	6.845,03
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.319.548,88
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	203.899,40
IMOBILIZADO	2.115.649,48

Nome	Saldo atual
PASSIVO	4.984.606,33
PASSIVO CIRCULANTE	1.176.844,40
FORNECEDORES	125.014,85
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	29.209,06
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	485.932,58
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E FISCAIS	47.047,95
OUTRAS OBRIGAÇÕES	509.639,96
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.450,51
OUTRAS OBRIGAÇÕES LP	4.450,51
PATRIMONIO SOCIAL LIQUIDO	3.803.311,42
PATRIMONIO SOCIAL/FUNDO SOCIAL	364.608,47
SUPERAVIT OU DEFICIT	3.438.702,95


**FLAVIO
ERNESTO DE
ALMEIDA
ERAS:
09504030831**

Assinado digitalmente por FLAVIO
ERNESTO DE ALMEIDA ERAS:
09504030831
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
SOLUTI Multipla v5,
OU=14259348000102, OU=Presencial,
OU=Certificado PF A1, CN=FLAVIO
ERNESTO DE ALMEIDA ERAS:
09504030831
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023-04-26 17:38:32
Foxit Reader Versão: 9.3.0

FLAVIO ERNESTO DE ALMEIDA ERAS

Contador

CPF: 095.040.308-31
CRC: 1SP189033/O-8



NURICEL VILLALONGA AGUILERA
Presidente
CPF: 032.432.248-99

Código	Nome	Período atual
1	RECEITAS OPERACIONAIS	20.235.035,89
2	RECEITA BRUTA OPERACIONAL	20.235.035,89
8	RECEITA COM SERVIÇOS	387.700,00
15	Serviços de Treinamento	387.700,00
16	RECEITAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	4.385.645,50
17	Doações PJ	1.375.028,88
16	Doações PF	1.014.501,34
347	Doações - Eventos	152.970,85
353	Doações - Editais	170.000,00
394	Doações - Clube dos Sonhos P.J	1.144.236,87
395	Doações - Clube dos Sonhos PF	462.827,17
396	Doações - Apolo P.J	66.000,39
32	SUBVENÇÕES	1.291.266,21
354	Contrato de Gestão	-1.291.266,21
47	CONTRIBUIÇÕES ASSOCIATIVAS	11.747.354,18
343	Mensalidades	11.747.354,18
56	RECEITAS COM GRATUIDADES	2.423.070,00
57	Gratuidades - Integral Cebas	2.037.450,00
59	Gratuidades - Parcial Cebas	275.620,00
398	Gratuidades - Outras Bolsas	110.000,00
59	DEDUÇÕES DAS RECEITAS	-6.711.733,70
60	(-)DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS	-4.288.663,70
356	(-)Abatimentos Concedidos	-4.277.105,19
377	(-)Mensalidades canceladas	-11.558,51
64	(-)DEDUÇÕES S/GRATUIDADES	-2.423.070,00
65	(-)Gratuidades - Integral Cebas	-2.037.450,00
66	(-)Gratuidades - Parcial Cebas	-275.620,00
398	(-)Gratuidades - Outras Bolsas	-110.000,00
333 (=)	RECEITA LIQUIDA	13.523.302,19
338 (=)	RECEITA LIQUIDA SERVIÇOS	376.141,49
340 (=)	RECEITA LIQUIDA S/FINS LUCRATIVOS	13.147.160,70
83	CUSTOS	9.003.714,71
84	CUSTO	9.003.714,71
166	CUSTO DE PROJETOS	9.003.714,71
361	CUSTO COM ATIVIDADES EDUCACIONAIS	9.003.714,71
362	Custo com Pessoal	3.207.670,73
363	Encargos sobre a Folha	253.110,72
364	Custos com Atividades Educacionais	5.526.913,30
365	Projeto com Escolas Públicas	16.019,96
334 (=)	RESULTADO BRUTO OPERACIONAL	4.519.587,48
341 (=)	LUCRO BRUTO SERVIÇOS	376.141,49
342 (=)	RESULTADO BRUTO S/FINS LUCRATIVOS	4.143.445,99
162	DESPESAS OPERACIONAIS	4.169.823,27
163	DESPESAS OPERACIONAIS	4.166.905,80
197	DESPESAS COM TERCEIROS	1.790.906,33
198	Assistência Contábil	171.243,56
200	Serviços com Consultoria	1.285.829,12
201	Serviços de Pessoa Jurídica	262.161,02
203	Serviços de Auditoria	12.000,00
204	Vigilância	16.363,35
207	Assistência Jurídica	43.319,28
211	DESPESAS COM IMPOSTOS E TAXAS	108.082,73
212	Impostos, Taxas e Emolumentos	8.924,43
214	IPTU	99.158,30
219	DESPESAS COM MANUTENÇÃO	359.027,28
220	Manutenção, Conservação e Limpeza	197.945,65
221	Manutenção de Equipamentos	25.754,36
222	Manutenção de Informática	136.067,27

R\$

Empresa: 1915 - ASSOCIACAO ALPHA PARA EDUCACAO ESPECIAL

São José dos Campos/SP - CNPJ:19.138.655/0001-10

Código	Nome	Período atual
223	Manutenção e Conservação de veículos	160
224	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	1.418.372,18
225	Publicidade e Propaganda	351.854,76
226	Viagens e Representações	104.080,53
227	Aluguel e Condomínios	98.440,77
228	Água e Esgoto	39.287,31
229	Telefones e Celulares	37.583,51
230	Energia Elétrica	55.259,79
233	Impressos e Material de Escritório	32.294,91
234	Correios	9.888,54
237	Lanches e Refeições	3.542,32
238	Confraternizações	56.189,72
239	Internet	9.061,92
240	Copa e Cozinha	5.674,68
241	Cartório	3.600,23
242	Cursos e Seminários	3.610,00
243	Fretes e Cartões	778,17
245	Bens de Natureza Permanente	28.743,21
246	Despesas com Informática	1.702,42
247	Prêmios de Seguros	10.123,66
248	Combustíveis e Lubrificantes	1.982,19
249	Depreciação	493.872,99
250	Amortização	503,97
253	Treinamentos	22.525,48
260	Locação de Móveis e Utensílios	35.469,13
261	Locação de Veículos	1.134,64
262	Licença de Uso de Software	8.338,13
265	Perdas no Recebimento	396,58
348	Estacionamentos e Pedágios	463,2
382	Despesas com Funeral	4.090,90
268	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	15.897,01
279	DESPESAS COM VEICULOS	15.325,83
282	Combustíveis e Lubrificantes	15.325,83
283	MATERIAIS E SUPRIMENTOS	671,18
285	Higiene/Copa e Cozinha	671,18
297	GRATUIDADES COM BOLSISTAS	143.899,07
298	Material Didático	108.258,18
299	Atividade Psicossociais	7.806,67
300	Outros Custos	5.060,00
351	Lanches e Refeições	20.184,22
383	Transportes - GB	2.592,00
301	DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS	144.479,33
302	Brindes e Decorações	54.442,83
304	Multas	8.301,05
305	Doações	48.181,97
306	Despesas não dedutíveis	32.543,48
321	DESPESAS DIVERSAS OPERACIONAIS	206.141,87
323	Custo Alien, e Baixa Imobilizado	206.141,87
67	RECEITAS FINANCEIRAS	141.002,96
68	RECEITAS FINANCEIRAS	141.002,96
71	Atualização Selic s/Creditos	150,84
72	Juros Ativos	1.464,25
73	Descontos Obtidos	4.545,75
74	Rendimento de Aplicações Financeiras	134.842,12
307	DESPESAS FINANCEIRAS	122.920,43
311	OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	122.920,43
312	Juros Passivos	10.147,23
313	Descontos Concedidos	19.875,73
314	Despesas Bancárias	48.446,43
315	Acréscimos Legais	24.489,67
316	IR s/Aplicação Financeira	10.471,55
317	I.O.F.	4.892,24
318	Multa e Mora Fiscal	8,75
319	Juros, Taxas e Comissões s/ Financiamentos	4.369,30

R\$

Empresa: 1915 - ASSOCIACAO ALPHA PARA EDUCACAO ESPECIAL

São José dos Campos/SP - CNPJ: 18.138.655/0001-10

Código	Nome	Período atual
375	Perdas em Fundos Aplic. Financeiras	239,53
335 (=)	RESULTADO OPERACIONAL	350.764,21
76	RECEITAS DIV. GRUPO OPERACIONAL	258.720,73
79	DUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	52.720,73
80	Despesas Recuperadas	48.247,01
385	Bonificações	6.473,72
367	ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	206.000,00
368	Venda de Bens Imobilizados	206.000,00
336 (=)	SUPERAVIT/DEFICIT LIQUIDO DO EXERCÍCIO	609.484,94

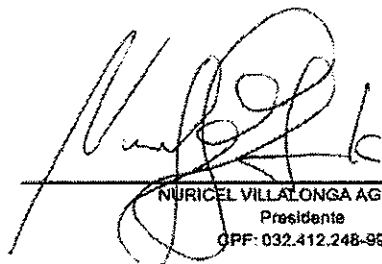
FLAVIO ERNESTO DE ALMEIDA ERAS
 09504030831

Autenticado eletronicamente por FLAVIO ERNESTO DE ALMEIDA ERAS em 28/04/2023 17:31:00. O documento eletrônico original encontra-se disponível em: https://www.sci.br/portal/verificacao/verificacao.aspx?codigo=09504030831. Para mais informações consulte o site: https://www.sci.br/portal/verificacao/verificacao.aspx?codigo=09504030831. São Paulo - Brasil 1302

FLAVIO ERNESTO DE ALMEIDA ERAS

Contador

CPF: 095.040.308-31
 CRC: 1SP189033/O-8



NURICEL VILLALONGA AGUILERA

Presidente

CPF: 032.412.248-99

Demonstrativo das mutações do patrimônio líquido de 01/01/2022 a 31/12/2022, expresso em R\$
 Empresa: 1915 - ASSOCIACAO ALPHA PARA EDUCACAO ESPECIAL

1915 - ASSOCIACAO ALPHA PARA EDUCACAO ESPECIAL

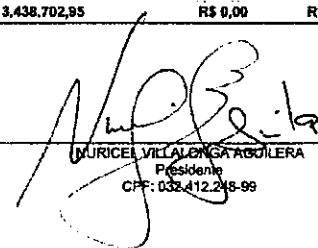
Histórico	Capital social	Patrimonio social	Reservas de patrimônio	Reservas de lucros	Superavit ou deficit	Compensações passivas	Total
SALDO EM 01/01/2022	R\$ 0,00	R\$ 364.608,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.569.927,42	R\$ 0,00	R\$ 3.234.835,89
Capital Social Subscrito	R\$ 0,00						R\$ 0,00
Capital Social Integrado							R\$ 0,00
Patrimônio Social		R\$ 0,00					R\$ 0,00
Reserva de Patrimônio			R\$ 0,00				R\$ 0,00
Reserva de Contingências				R\$ 0,00			R\$ 0,00
Reserva Legal				R\$ 0,00			R\$ 0,00
Reserva Estatutária				R\$ 0,00			R\$ 0,00
Superavit Acumulados							R\$ 0,00
Deficit Acumulados							R\$ 0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores					-R\$ 40.708,41		-R\$ 40.708,41
Resultado do Exercício					R\$ 609.484,94		R\$ 609.484,94
Contas de Compensação						R\$ 0,00	R\$ 0,00
SALDO FINAL EM 31/12/2022	R\$ 0,00	R\$ 364.608,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.438.702,95	R\$ 0,00	R\$ 3.803.311,42

FLAVIO ERNESTO DE ALMEIDA ERAS:
 09504030831

Assinado digitalmente por FLAVIO ERNESTO DE ALMEIDA ERAS (09504030831)
 CN=C=ERAS, CN=CP=ERAS, CN=AC SOLUTUM Multiple vs, OU=14289248800102, CN=Presencial, CN=Cartão PT 41, DN=FLAVIO ERNESTO DE ALMEIDA ERAS (09504030831)
 Razão: Eu sou o autor deste documento
 Local: São José dos Campos
 Data: 2022-04-26 17:38:05
 Ford Reader: Versão: 9.3.0

FLAVIO ERNESTO DE ALMEIDA ERAS

Contador
 CPF: 095.040.308-31
 CRC: 1SP189033/O-8


 MURICE VILLALONGA AGUILERA
 Presidente
 CPF: 032.412.248-99

Nome 2022

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Resultado Líquido do Exercício	609.484,94
Depreciação e Amortização	467.518,83
Contas a Receber	(104.038,91)
Adiantamentos	(37.990,05)
Tributos a Compensar	15.121,19
Outros Créditos	(100.799,20)
Fornecedores	(50.486,75)
Contas a Pagar e Provisões	505.837,26
Tributos Fiscais e Encargos Sociais a Recolher	49.524,10
Obrigações Trabalhistas	63.203,78

CAIXA LIQUIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS 1.417.375,19

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Ativo Imobilizado	(699.548,36)
Ativo Intangível	(5.040,00)

CAIXA LIQUIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (704.588,36)

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Empréstimos a Pagar curto prazo	(34.984,58)
Empréstimos a Pagar longo prazo	(29.209,06)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(40.709,41)

CAIXA LIQUIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (104.903,05)

AUMENTO/REDUÇÃO LIQUIDO DAS DISPONIBILIDADES

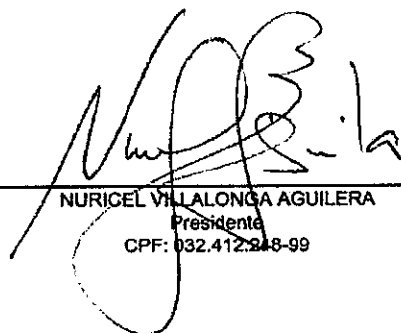
Disponibilidades no Início do Período 1.599.114,81

Disponibilidades no Final do Período 2.206.998,59

FLAVIO ERNESTO DE ALMEIDA ERAS:09504030831

Assinado digitalmente por FLAVIO ERNESTO DE ALMEIDA ERAS:09504030831
 DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multiple vs, CN=14289343000102, OU=Presencial, OU=Certificado PF A1, CN=FLAVIO ERNESTO DE ALMEIDA ERAS:09504030831
 Razão: EU sou o autor deste documento
 Localização:
 Data: 2023-04-28 17:38:49
 Formato: Versão: 9.2.0

FLAVIO ERNESTO DE ALMEIDA ERAS
 Contador
 CPF: 095.040.308-31
 CRC: 1SP189033/O-8



NURICEL VILLALONGA AGUILERA
 Presidente
 CPF: 032.412.948-99

ASSOCIAÇÃO ALPHA PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Alpha para Educação Especial é instituída como Entidade Civil de direito privado sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na rua Clóvis Bevilacqua, 868, Jardim Esplanada.

Constituída em 08 de outubro de 2013, a AAEE desenvolve suas atividades com a finalidade de buscar soluções de impacto social através da educação. A AAEE desenvolve projetos e abre oportunidades em várias frentes, tendo um olhar especial para projetos envolvendo Escolas Públicas com foco principal nas áreas: STEM, Arte e cultura, empreendedorismo, esporte, sustentabilidade, saúde, etc - todas conectadas com o Projeto Escola.

Essas frentes de atuação da AAEE que gera estruturas educacionais inovadoras e apoio ao ensino de estudantes com altas habilidades propiciando a formação de lideranças transformadoras e éticas entre jovens e crianças talentosas advindos principalmente de escolas públicas e de baixa renda. A AAEE identifica, seleciona e estimula esses estudantes preparando-os para ingressarem nas melhores universidades do Brasil e do mundo e colocarem seus talentos a serviço da sociedade. Este é o processo de transformação social promovido pelo AAEE.

O AAEE tem como apoio de custeio do projeto o programa nomeado de “Clube dos Sonhos” que é realizado visando a captação de bolsas de estudos financiadas por empresários, por pagamento de contribuições mensais dos estudantes não bolsistas ou bolsistas parciais, por meio de doações e mensalidades recebidas de apoiadores das famílias destinados a custear o estudante específico, e, por fim, a partir da captação de recursos financeiros (editais) e não financeiros para projetos determinados e doações (financeiras ou de bens) recebidas sem destino específico.

A AAEE é credenciada pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) com o título CEBAS, (Certificado de Entidades Benéficas e Assistência Social), como pessoa jurídica de direito privado, entidade filantrópica sem fins lucrativos, reconhecido como entidade beneficente de assistência social que presta serviço na área de educação. A AAEE É detentora do título de CMDCA, (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), órgão paritário que conta com a participação da sociedade civil e do Poder Executivo Municipal. Ele propõe, delibera e controla as políticas públicas municipais voltadas para a proteção social e garantia de oportunidades de acesso para crianças e adolescentes.

Outros títulos como Utilidade Pública Municipal e Utilidade Pública Estadual são mais exemplos de reconhecimentos das ações positivas em favor da sociedade promovidas pelo AAEE.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras do AAEE para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e orientações aplicáveis a pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), bem como a interpretação técnica ITG 2020 – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 1.409/12.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado em contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da AEE é o Real.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

3.2. Apuração do resultado

As receitas oriundas de contribuição e doações voluntárias são registradas em seu período de competência, conforme determinado pela ITG 2002 (Entidade sem fins lucrativos) do CFC, mediante documento hábil e recebimento efetivo da doação.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

3.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

3.4.1. Ativos financeiros

3.4.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Associação para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Associação tenha aplicado o expediente prático, a Associação inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Associação tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo como CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “somente pagamentos de principal e juros” (“SPPJ”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste SPPJ e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPJ são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios.

O modelo de negócios da Associação para administrar ativos financeiros refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócio cujo o objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo o objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descasamento contábil.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Associação se compromete a comprar ou vender o ativo.

3.4.1.2. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao VJORA com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao VJORA sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento da sua baixa (instrumentos patrimoniais); ou
- Ativos financeiros ao VJR.

3.4.1.2.1. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Associação ao custo amortizado incluem Contas a receber e Outros Ativos.

3.4.1.2.2. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado, de forma

semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no justo valor são reconhecidas em ORA. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em ORA é reclassificada para o resultado.

A Associação não possui ativos financeiros ao VJORA.

3.4.1.2.3. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos patrimoniais)

Após o reconhecimento inicial, a Associação pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39 / IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Associação se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em ORA. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

A Associação não possui investimentos classificados nesta categoria.

3.4.1.2.4. Ativos financeiros ao VJR

Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

A Associação não possui ativos classificados nesta categoria.

3.4.1.3. Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado (ou seja, retirado do balanço patrimonial da Associação) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou
- A Associação transferiu seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) a Associação transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Associação não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Associação transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Associação continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Associação também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Associação.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a

Associação pode ser obrigada a restituir.

3.4.1.4. Perda por redução ao valor recuperável (“Impairment”) de ativos financeiros

A Associação reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao VJR. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Associação espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

A Associação aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Associação não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição em cada data-base. A Associação estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Associação aplica a abordagem simplificada Contas a Receber e Outros Ativos.

2. Passivos financeiros

3.4.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis.

3.4.2.2. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

3.4.2.2.1. Passivos financeiros ao VJR

Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Associação que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 / IFRS 9 forem atendidos.

A Associação não possui passivos financeiros ao VJR.

3.4.2.2. Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa efetiva de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria inclui Fornecedores e Mútuo com partes relacionadas.

3.4.2.3. Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

A taxa de desconto cobrada pela antecipação aos clientes de seus recebíveis parcelados é mensurada pela diferença entre o valor original devido ao cliente, líquido de comissões e taxas cobradas, e o valor pré-pago. A receita financeira é reconhecida uma vez que o cliente tenha escolhido o recebimento como sendo antecipado.

3.4.3. Valor justo de instrumentos financeiros

A Associação mensura instrumentos financeiros tais como derivativos, a valor justo a cada data-base.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorra:

- No mercado principal do ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pela Associação.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico.

A Associação utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo:

A Associação utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Associação determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base.

3.4.4. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.4.5. Instrumentos financeiros derivativos

De tempos em tempos, a Associação utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de moeda do tipo 'non-deliverable forward', para proteger seus riscos à moeda estrangeira.

Instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, reavaliados ao seu valor justo. Derivativos são considerados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos são levados diretamente ao resultado.

A Associação não aplica contabilidade de hedge.

Em 31 de dezembro de 2022, a Associação não possui instrumentos financeiros derivativos.

3.4.6. Ativo imobilizado

O imobilizado está representado pelos bens adquiridos pela AAEE ou recebidos em doação. O imobilizado é mensurado ao seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, se aplicável, líquido de créditos de impostos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão à AAEE, e que o custo do item seja relevante e que possa ser mensurado com segurança. Todos os outros gastos com reparos e manutenção são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado a seguir:

Vida útil estimada (anos)

Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Instalações	10
Bibliotecas	10

Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação / amortização dos ativos são revisados, a cada data-base, e ajustados de forma prospectiva, quando apropriado. Ganhos e perdas em alienações ou baixa são determinados pela comparação dos resultados da venda (se houver) com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

3.4.7. Benefícios a empregados - Obrigações de curto prazo

Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesa conforme o serviço relacionado é fornecido.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos resultados de curto prazo se a AAEE tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar devido aos serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada de forma confiável.

3.4.8. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da AAEE. A receita da AAEE é proveniente de mensalidades e doações. A AAEE registra também as receitas com gratuidades concedidas através de bolsa de estudos valendo-se, nesse caso dos procedimentos próprios para esse fim definidos na legislação federal do CEBAS.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3.4.9. Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes

3.4.10. Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

3.4.11. Redução ao Valor Recuperável

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

3.4.12. Despesas antecipadas

Despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial e representam os recursos em despesas do exercício seguinte. Essas despesas incluem os gastos relacionados ao seguro predial.

3.4.13. Tributos incidentes sobre as atividades

A AAEE é uma entidade sem fins lucrativos, a AAEE goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/1999, e o artigo 195 da Constituição Federal. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Associação, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% sobre o montante da folha de pagamento; (b) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações financeiras - imune, sendo fornecida declaração às instituições financeiras confirmando tratar-se de Entidade sem fins lucrativos; (c) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - imune sobre as receitas próprias de sua atividade social; (d) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - imune sobre as receitas de suas atividades descritas em seu estatuto, e tributadas quando exigidas pela legislação; e (e) Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) imposto incide sobre a transmissão de qualquer bem ou direito havido (Lei 10.705/00, art. 2º).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2022</u>
Caixa e Bancos	32.667,64
Aplicações Financeiras	<u>2.174.330,95</u>
	<u>2.206.998,59</u>

A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" são compostas por recursos provenientes de:

- Recursos próprios: composto de recebimentos de Mensalidades
- Recursos provenientes de editais de projetos e de doações de pessoas físicas e jurídicas.

5. IMOBILIZADO

Imobilizado				
CUSTO	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Máquinas e Equipamentos	17.154	86.178	0	103.332
Móveis e utensílios	194.000	83.814	0	277.814
Computadores e Periféricos	161.720	0	0	161.720
Instalações	61.109	0	0	61.109
Veículos	23.000	0	23.000	0
Ônibus	210.000	0	210.000	0
Benefícios em Imóveis de Terceiros	1.333.454	762.557	0	2.096.011
Bibliotecas	5.108	0	0	5.108
Marcas e Patentes / Software	8.195	5040		13.235
TOTAL	2.013.741	937.588	233.000	2.718.329
DEPRECIACÃO				
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Máquinas e Equipamentos	(2.971)	(2.625)		(5.596)
Móveis e utensílios	(30.063)	(20.623)		(50.686)
Computadores e Periféricos	(62.857)	(32.077)		(94.934)
Instalações	(15.167)	(6.111)		(21.278)
Veículos	(1.917)	(3.067)	(4.983)	-
Ônibus	(13.125)	(8.750)	(21.875)	-
Benefícios em Imóveis de Terceiros	0	(420.110)	0	-420.110
Bibliotecas	(2.963)	(511)		(3.474)
Marcas e Patentes / Software	(6.097)	(504)		(6.601)
TOTAL	(135.161)	(494.377)	(26.858)	(602.680)
Imobilizado Líquido	1.878.580	443.211	206.142	2.115.649

A rubrica "Imobilizado", é composta de bens adquiridos e recebidos por doação destinados as atividades operacionais da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2022, não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos.

6. FORNECEDORES

	2022	2021
Fornecedores	125.014,85	175.501,60
	125.014,85	175.501,60

A rubrica "Fornecedores, é composta pela aquisição de materiais e serviços ligados às atividades da Associação.

7. EMPRÉSTIMOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Empréstimos e financiamentos	29.209,06	93.402,70
	<u>29.209,06</u>	<u>93.402,70</u>

A rubrica "Empréstimos e financiamentos", registrada no valor de R\$ 29.209,06 em 2022 é composta pela aquisição em 2020 de empréstimos a título de capital de giro para quitação de folha de pagamento.

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários a pagar	162.927	135.866
Férias a pagar	5.661	5
Rescisões a pagar	6.190	380
13º Salário a pagar	1.363	0
Pensão Alimentícia a Pagar	838	0
Rendimento Autônomo a Pagar	3.533	3.013
INSS a pagar	45.499	40.075
FGTS a pagar	54.438	20.746
GRRF a pagar	725	0
PIS s/ folha a pagar	0	0
Prov. Férias Adquirida	170.947	150.573
Prov. FGTS s/ Férias Adquirida	13.812	12.230
Prov. INSS s/ Férias Adquirida	0	0
Prov. PIS s/ Férias Adquirida	0	0
	<u>465.933</u>	<u>362.888</u>

Em dezembro de 2021, a entidade contava com 103 funcionários que compreende profissionais CLT, autônomos e estagiários. Já em dezembro de 2022 a entidade continha em sua folha 93 funcionários.

09. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Patrimônio Social	364.608,47	364.608,47
Superávit acumulado	<u>3.438.702,95</u>	<u>2.869.927,42</u>
	<u>3.803.311,42</u>	<u>3.234.535,89</u>

A rubrica "Patrimônio líquido" registrada no valor de R\$ 3.803.311,42 em 2022 (R\$ 3.234.535,89 em 2021) é composta pelos superávits acumulados pela entidade até o exercício de 2022.

10. MENSALIDADES

O financiamento da Associação é misto – parte é oriundo de mensalidades e parte de doações/editais.

Quanto as mensalidades, essas são contabilizadas pelo regime da competência, de acordo com a NBC T 10.19.2.1 e ITG 2002 (item 8) pois os valores das mensalidades são faturados no mês corrente no qual o aluno se encontra (paripassu a prestação do serviço) e o registro contábil é feito a partir dessa fatura.

As famílias contribuem suas mensalidades através da emissão de boletos.

11. DOAÇÕES CLUBE DOS SONHOS

O Clube dos Sonhos é um programa de doações feitas por empresários para viabilizar o atendimento (estudo) dos alunos bolsistas.

Entre os principais apoiadores destaca-se a MNLT S.A

- MNLT S.A.	836.929,00
- FMP ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	200.000,00
- Demais Doadores Pessoa Jurídica	107.307,87
Subtotal Doações de PJ	1.144.236,87
- Doadores Pessoa Física	462.827,17
Subtotal Doações de PF	462.827,17
TOTAL	1.607.064,04

12. DOAÇÕES EDITAIS

O Alpha Lumen busca participar de editais para o custeio dos projetos com as escolas públicas.

Em 2022, foi levantado recurso do Programa Ciência Diversa do Instituto Embraer para execução do projeto Meninas na Tecnologia para o fomento do aprendizado em tecnologia entre crianças e adolescentes do público feminino. A este projeto foi captado verba para execução do plano de trabalho firmado com o instituto.

Nome	Ref.	Item	Status (31/12/2022)	Valor Recebido
Meninas na Tecnologia	2022	Plano de Trabalho	Em Andamento	170.000,00
TOTAL:				170.000,00

13. DOAÇÕES DIVERSAS

O AAEE recebe uma quantidade significativa de doações sem fonte definida, isso é evidenciado pelo extrato bancário, subsídio para a elaboração dessas demonstrações, no qual é possível observar uma gama de TEDs e DOCs de valores reduzidos realizados ao longo de cada mês.

Ademais, as famílias das crianças atendidas pelo projeto são incentivadas a buscarem doações para o projeto dentro de suas redes de contato ou mesmo familiares quando assim for possível.

A contabilização das doações é feita nos seus recebimentos efetivos e, portanto, pela sua competência.

14. DOAÇÕES APOIO

As doações de Apoio entram no contexto do apoio institucional dado para a contratação de consultores, de marca e financeiro, para colaborarem com a estruturação dos setores de Marketing e Finanças da Instituição.

15. CONTRATO DE GESTÃO

O Alpha Lumen tem projetos celebrados junto ao CMDCA de São José dos Campos – SP e também tem recursos oriundos de Emendas Parlamentares do Governo do Estado de São Paulo:

- CDMCA:

Nome	Ref.	Item	Status (31/12/2022)	Valor Recebido
Cabeça Legal	2019	Plano de Trabalho	Concluído	24.000,00
Multiarte e Cidadania	2019	Plano de Trabalho	Concluído	68.728,55
Robótica e Cidadania	2019	Plano de Trabalho	Concluído	321.958,02
Edtech	2020	Plano de Trabalho	Em Andamento	167.120,56
Robótica Tecnologia Arte	2020	Plano de Trabalho	Em Andamento	74.459,08
TOTAL:				656.266,21

- EMENDAS PARLAMENTARES:

Nome	Ref.	Item	Status (31/12/2022)	Valor Recebido
Ciência Divertida	2019	Equipamentos	Em Andamento	100.000,00
Van	2019	Veículo	Em Andamento	-
Estudio Audiovisual	2020	Computadores	Em Andamento	115.000,00
Estudio Audiovisual	2020	Equipamentos	Em Andamento	170.000,00
Robótica	2020	Equipamentos	Em Andamento	250.000,00
TOTAL:				635.000,00

16. GRATUIDADES E OUTRAS BOLSAS

As bolsas de estudo concedidas pelo Instituto Alpha Lumen no período de 2022 foram concedidas seguindo rigoroso processo de seleção no qual foram observadas não só as questões acadêmicas relativas a cada aluno bem como as socioeconômicas.

Ressalta-se que a seleção foi feita sem qualquer forma de discriminação, segregação ou diferenciação, sendo vedada também a utilização de critérios étnicos, religiosos, corporativos, políticos, ou quaisquer outros que afrontem esse princípio.

Para fins da auditoria do cálculo executado para se computar as bolsas, dividimos as bolsas concedidas nas seguintes 3 categorias:

1. Bolsas Integrais CEBAS

- Para essas bolsas usamos a documentação interna (que contém os devidos questionários socioeconômicos e termos exigidos pelo MEC) para comprovar o número de bolsas integrais (em tempo integral) concedidas para indivíduos oriundos de condição socioeconômica (de até 1,5 salários mínimos mensais per capta) de acordo com o critério definido na Lei no 12.101, de 2009.
- Por se tratarem de bolsistas em tempo integral, multiplicamos esse número de alunos pelo fator 1,4 conforme Art. 13, §4º, II, da Lei 12.101/2009.
- Multiplica-se a isso o número de meses do ano (12) e o valor médio (média das médias mensais – conforme orientação dada pela auditoria) da mensalidade dos alunos pagantes.

2. Bolsas parciais CEBAS

- Para essas bolsas usamos a documentação interna (que contém os devidos questionários socioeconômicos e termos exigidos pelo MEC) para comprovar o número de bolsas parciais concedidas para indivíduos oriundos de condição socioeconômica (entre 1,5 e 3 salários mínimos mensais per capta) de acordo com o critério definido na Lei no 12.101, de 2009.
- Por se tratarem de bolsistas parciais, multiplicamos esse número de alunos pelo fator 0,5 (pois subentende-se que a outra metade da mensalidade foi paga e, portanto, não se pode computar o valor cheio como gratuidade).
- Multiplica-se a isso o número de meses do ano (12) e o valor médio (média das médias mensais – conforme orientação dada pela auditoria) da mensalidade dos alunos pagantes.

3. Inadimplências

- Cálculo feito de acordo com as mensalidades em aberto.

Para consulta, segue o link da portaria normativa e da Lei que embasam o cálculo:

- PORTARIA NORMATIVA MEC Nº - 15, DE 11 DE AGOSTO DE 2017:
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=12&data=14/08/2017>
- LEI Nº 12.101, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm

16.1 Detalhamento do cálculo das gratuidades no exercício.

Com base na legislação aplicável apresentamos as bases para o cálculo da gratuidade da AAEE ref. ao ano de 2022

Cálculo Gratuidade

Mês	Faturamento	Numero de Notas Mes	Media	Total Bolsa Integral	Total Bolsa Parcial
Janeiro	996,11	542	1,84	169,82	22,97
Fevereiro	1.012,82	555	1,82	168,62	22,81
Março	994,20	539	1,84	170,43	23,06
Abril	994,43	540	1,84	170,16	23,02
Mai	987,62	536	1,84	170,25	23,03
Junho	980,36	532	1,84	170,27	23,03
Julho	970,10	527	1,84	170,09	23,01
Agosto	973,45	529	1,84	170,03	23,00
Setembro	966,95	526	1,84	169,86	22,98
Outubro	966,34	527	1,83	169,43	22,92
Novembro	963,25	525	1,83	169,53	22,93
Dezembro	941,73	515	1,83	168,96	22,86
Total	11.747,35	6.393	22,05		

Bolsas	Classificação Resolvidas Bolsas	Numero de Bolsas	Fator Bolsa Integral (x1,0)	Fator Bolsa Parcial (x0,5)	Valor Contábil
Gratuidades - Integral Cebas	Integral Integral	66	2.037,46	-	2.037,46
Gratuidades - Parcial Cebas	Parcial Cebas	25	-	275,63	275,63
Total Gratuidades Cebas		91	2.037,46	275,63	2.313,09

Outras Bolsas					
Gratuidades - Outras Bolsas	Integral não cebas	5	110		
Total Outras Bolsas					110

17. CUSTO DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS

	<u>2022</u>
Salários e adicionais	3.207.670,73
Encargos Sociais	253.110,72
Transportes/Viagens	76.671,92
Material Didáticos/Uniformes/Pedagógico	527.377,94
Ajuda de Custo de Voluntários	56.977,16
Atividades Psicossociais	49.352,54
Eventos/Alimentação	844.671,70
Outros Custos com Atividades Educacionais	2.065.482,95
Alugueis e Condomínios	642.402,25
Bolsas de Estudos	978.450,00
Serviços de Pessoa Física	285.526,84
	<u>8.987.694,75</u>

Nessa conta, computamos os custos com as atividades educacionais da AAEE.

18. PROJETOS COM ESCOLAS PÚBLICAS

	<u>2022</u>
Serviços Especializados	14190
Eventos/Alimentação	1.829,96
	<u>16.019,96</u>

19. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2022</u>
Bens pequeno valor/Bens materiais de consumo	26.743,21
Alugueis/Condomínios	98.449,77
Manutenção Predial/Jardim	359.698,46
Depreciações e Amortizações/Seguros	504.500,64
Viagens e Estadias/Aliment. Viagens/Combustíveis	125.394,07
Propaganda/Publicidade	351.854,26
Eventos/Confraternização/Reuniões	56.169,72
Doações e Brindes	102.634,80
Serviços de Terceiros	1.790.906,33
Outras despesas Administrativas	312.430,87
	<u>3.728.782,13</u>

